



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

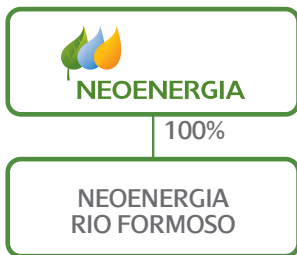
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Rio Formoso Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA RIO FORMOSO TRANSMISSÃO E ENERGIA S.A.

A Neoenergia Rio Formoso Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2019, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, compostas pela linha de transmissão 230 kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2, com extensão aproximada de 210 km, com origem na Subestação Rio das Águas e término na Subestação Rio Formoso II. A Companhia solicitou a emissão do TLY, desta forma, a linha de transmissão está em fase de testes, sem RAP associada. Durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, sendo a previsão de início da operação comercial em janeiro de 2023, iniciando a partir de então o fluxo financeiro de entrada de RAP.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	210	01/12/2022 (*)	20/03/2050

* em 01/12/2022 a Companhia solicitou a emissão do TLT, desta forma a linha de transmissão está em fase de testes, sem RAP associada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	3	111.886	149.223
Custos dos serviços		(135.859)	(106.059)
Custos de construção	4	(135.735)	(106.027)
Custos de operação	5	(124)	(32)
(Prejuízo) lucro bruto		(23.973)	43.164
Despesas gerais e administrativas	5	(542)	(132)
(Prejuízo) lucro operacional		(24.515)	43.032
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	343	526
Despesas financeiras	6	(2.928)	(17)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(100)	(6)
		(2.685)	503
(Prejuízo) lucro antes dos tributos		(27.200)	43.535
Tributos sobre o lucro		(3.546)	(4.758)
Corrente	7.1.1	(100)	(162)
Diferido	7.1.1	(3.446)	(4.596)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(30.746)	38.777
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	13.2	(0,16)	0,2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.746)	38.777
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(30.746)	38.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.002	2.308	43.839	-	154.149
Aumento de capital	88.000	-	-	-	88.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(30.746)	(30.746)
Destinação do lucro líquido (nota 13.2.b):					
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	(30.746)	30.746	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	196.002	2.308	13.093	-	211.403
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61.002	369	7.001	-	68.372
Capital a integralizar	47.000	-	-	-	47.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.777	38.777
Destinação do lucro líquido (nota 13.2.b):					
Reserva legal	-	1.939	-	(1.939)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	36.838	(36.838)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.002	2.308	43.839	-	154.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Rio Formoso Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinais, Estado de São Paulo.

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2019, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, compostas pela linha de transmissão 230 kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2, com extensão aproximada de 210 km, com origem na Subestação Rio das Águas e término na Subestação Rio Formoso II. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, sendo a previsão de início da operação comercial em janeiro de 2023, iniciando a partir de então o fluxo financeiro de entrada de RAP.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$18.000 (data de referência: maio de 2019), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 30/03/2020.

1.1. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1. **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Risco	Descrição	Impacto	Controles
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.	
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.	
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo	
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia	

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.1.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. 1.1.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. 1.1.4. **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.5. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro:

DRE (R\$ mil)	2022	2021	Variação	
			R\$	%
(+) Receita líquida	111.886	149.223	(37.337)	-25%
MARGEM BRUTA	111.886	149.223	(37.337)	-25%
(+) Custos de construção	(135.735)	(106.027)	(29.708)	28%
(+) Outros custos	(124)	(32)	(92)	288%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(542)	(132)	(410)	311%
= Despesa Operacional	(136.401)	(106.191)	(30.210)	28%
EBITDA	(24.515)	43.032	(67.547)	-157%
(-) Resultado Financeiro	(2.685)	503	(3.188)	-634%
(-) IJR/CS	(3.546)	(4.758)	1.212	-25%
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(30.746)	38.777	(69.523)	-179%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 111.886 mil, -25% vs. 2021 e -R\$ 136.401 mil, +28% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior e pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 24.515 mil, redução de -157%, em relação ao ano de 2021. O resultado financeiro foi negativo em R\$ 2.685 mil em 2022 (-634% vs. 2021). A variação é devida principalmente ao mútuo com a controladora. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo líquido no ano de 2022 de R\$ 30.746 mil, uma redução de -179% em relação ao ano anterior.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Rio Formoso, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Rio Formoso e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Rio Formoso.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Rio Formoso sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.149	1.341
Tributos sobre o lucro a recuperar		43	30
Outros tributos a recuperar		293	239
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	21.759	9.915
Outros ativos		21	57
Total do circulante		26.265	11.582
Não circulante			
Depósitos judiciais	11	2.068	2.108
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	289.073	184.792
Imobilizado		376	29
Intangível		68	19
Total do não circulante		291.585	186.948
Total do ativo		317.850	198.530
Passivo Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	16.968	24.615
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		255	226
Tributos sobre o lucro a recolher		14	-
Outros tributos a recolher	7.2	441	2.898
Outros passivos		3.173	30
Total do circulante		20.851	27.769
Não circulante			
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	9.224	5.778
Outros tributos a recolher	7.2	11.346	7.107
Provisões	11	7.054	2.643
Contas a pagar de operações de mútuo	12	57.917	-
Outros passivos		55	1.085
Total do não circulante		85.596	16.613
Patrimônio líquido	13		
Atribuído ao acionista da Companhia		211.403	154.148
Total do patrimônio líquido		211.403	154.148
Total do passivo e do patrimônio líquido		317.850	198.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Rating de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.2. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Fiel Cumprimento	02/03/2020 a 18/06/2024	15.169

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 30 de janeiro de 2023. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
11	Provisão para processos judiciais
15.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a) **Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b) **Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	93.511	148.634
Remuneração do ativo contratual	22.614	6.243
Receita operacional bruta	116.125	154.877
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(4.239)	(5.654)
Receita operacional		

NEOENERGIA RIO FORMOSO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.816/0001-10 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

3.1. Deduções da receita bruta: As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS - diferidos	(4.239)	(5.654)
Total	(4.239)	(5.654)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,0%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregos	(1.655)	(557)
Material	(68.088)	(67.272)
Serviços de terceiros	(63.821)	(38.000)
Outros	(2.171)	(198)
Total	(135.735)	(106.027)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Custos de Despesas gerais operação e administrativas	Total	Total
	(124)	(542)
Pessoal e benefícios a empregos	(32)	(24)
Serviços de terceiros	-	(90)
Outras receitas e despesas, líquidas	(118)	(181)
Total	(32)	(132)

	2022	2021
Receta financeira		
Renda de aplicações financeiras	340	525
Outras receitas financeiras	3	1
Total	343	526
Despesa financeira		
Encargos sobre mútuo	(2.917)	-
Outras despesas financeiras	(11)	(17)
Total	(2.928)	(17)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Resultado financeiro, líquido		
Outras receitas	347	525
Base de cálculo para o tributo sobre o lucro	347	525
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%
Tributo sobre o lucro do exercício	(87)	(47)
Adicional de tributo sobre o lucro	18	16
Tributo corrente sobre o lucro	(100)	(162)
Tributo diferido sobre o lucro - ativo contratual	(2.238)	(2.584)
Tributo diferido sobre o lucro	(3.446)	(4.596)
Total	(3.546)	(4.758)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. II. Mitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	CS	2021	CS
Outras receitas	347	347	525	525
Base de cálculo para o tributo sobre o lucro	347	347	525	525
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%	25%	9%
Tributo sobre o lucro do exercício	(87)	(31)	(131)	(47)
Adicional de tributo sobre o lucro	18	-	16	-
Tributo corrente sobre o lucro	(100)	(31)	(162)	(47)
Tributo diferido sobre o lucro - ativo contratual	(2.238)	(1.208)	(2.584)	(1.612)
Tributo diferido sobre o lucro	(3.446)	(1.208)	(4.596)	(1.612)
Total	(3.546)	(1.208)	(4.758)	(1.612)

7.1.2 Tributos diferidos passivos: Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue: As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	CS	2021	CS
Diferenças temporárias	23.959	5.990	15.008	3.752
Imposto de renda	35.938	3.234	22.512	2.026
Total	9.224	3.234	5.778	2.026

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	5.778	1.182
Efeitos reconhecidos no resultado	3.446	4.596
Saldo final do exercício	9.224	5.778

7.1.3 Outros tributos a recolher

	2022	2021
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	2.020	1.267
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽¹⁾	9.325	5.841
Outros	442	2.897
Total outros tributos a recolher	11.787	10.005
Circulante	441	2.898
Não circulante	11.346	7.107

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	4.035	72
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	690
Fundos de investimento	114	579
Total	4.149	1.341

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
Carteira	114	579
Fundos exclusivos	114	579
Operações compromissadas	-	-

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado pela União (Poder Concedente - Da vigência) e a Companhia regulamentam a concessão, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Saldo do ativo contratual	310.832	194.707
Circulante	21.759	9.915
Não circulante	289.073	184.792

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	194.707	39.830
Adições e remuneração do ativo contratual	22.614	6.243
Receta de construção	93.511	148.634
Saldo final do exercício	310.832	194.707

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Da vigência) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a pagamento do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS durante o contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2022	2021
Material e serviços	16.968	24.615
Total	16.968	24.615

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 166 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 10,93% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$13.130.

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Provisão para processos judiciais	4.023	2.643
Provisão para obrigações ambientais ⁽¹⁾	3.031	-
Total	7.054	2.643
Passivo não circulante	7.054	2.643

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. (ii) **Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	2.643	1.882
Adições e reversões, líquidas	554	262
Atualizações monetárias	826	499
Saldo final do exercício	4.023	2.643

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis (i)	366	-
Processos trabalhistas (ii)	307	-
Processos fiscais (iii)	-	10
Total	673	10

- Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequiparamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	2.067	2.108
Processos trabalhistas	1	-
Total	2.068	2.108

11.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolver o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de 142,23% do CDI, com vencimento em agosto de 2023.

	Partes Relacionadas	Principal	Encargos	2022
Neoenergia S.A.	-	55.000	2.917	57.917

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$196.001 (R\$108.001 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 196.001 ações ordinárias (196.001.000 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	196.001	100%	196.001
Total	196.001	100%	196.001

13.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(30.746)	38.777
Média ponderada de ações em poder do acionista	196.001	196.001
Lucro básico e diluído por ação	(0,16)	0,20

b) **Remuneração ao acionista:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(30.746)	38.777
Reserva legal	-	(1.939)
(Prejuízo) Lucro ajustado	(30.746)	36.838

Absorção do prejuízo do exercício com realização da reserva de lucros a realizar

	30.746	-
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	(36.838)

13.3. Reservas de lucros: a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. **13.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exercerem a Companhia a obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou conta a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Ativo		
Compartilhamento de pessoal ⁽¹⁾	2	-
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	194	46
Compartilhamento de pessoal ⁽¹⁾	68	-